

# OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno 36 n.º	Semest. 18 n.º	Trim. 9 n.º	N.º à entrega
Portugal (franco de porte, m. forte)	36000	18000	6000	3120
Possessões ultramarinas (idem)...	48000	24000	8000	—
Extrang. (união geral dos correios)	56000	28000	9000	—

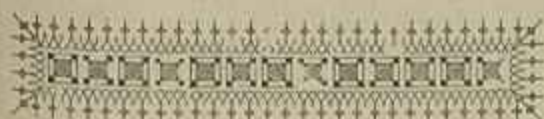
20.º Anno — XX Volume — N.º 660

30 DE ABRIL DE 1897

Redacção — Atelier de gravura — Administração

Lisboa, L. do Poço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos à administração da Empresa do OCCIDENTE sem o que não serão attendidos. — Editor responsável Caetano Alberto da Silva.



## CHRONICA OCCIDENTAL

Eis-nos de novo a substituir, ainda que mal, o primoroso chronista do OCCIDENTE e nosso querido amigo D. João da Camara, que anda por esse Alentejo e Algarve fazendo estudos de linhas ferreas, ao mesmo tempo que vaee enlevando a sua alma de poeta, na risonha paizagem dos campos, alegrada pelo chilrear das aves, e onde pela noite canta o roxinol nas ribeiras, occulto entre os choupos, os seus trinados encantadores.

Como eu desejaria tambem estar com elle a gozar esse concerto da natureza, essa paizagem florida, que todo o realismo dos pintores ainda não conseguiu reproduzir, sem perder aquella poesia que enleva a alma e que faz tanto bem ao coração.

Quem me dera estar longe d'este centro que se chama a capital, onde, a prateo da lucta da vida, fervem as intrigas, as invejas, as malcreanças, por entre as miserias que se occultam sob as lantejoulas de apparencias enganadoras, ou as que se arrastam a descoberto, á vista de todos, contrangendo o coração.

Quem me dera! Mas ao mesmo tempo que eu desejaria ver-me livre da capital, ha muito quem assim não pense, e nada menos de quinhentos e tantos excursionistas do Algarve chegaram um d'estes dias a Lisboa, verdade seja que de visita, o que faz sua differença de estar aqui pé de castello.

Um bando alegre e festivo que desembarcou no Terreiro do Paço ao som do hymno tocado pela philharmonica Artistas de Minerva, de Loulé e que faz parte dos excursionistas algarvios.

E Lisboa está em maré de visitas, que vem gozar este bello sol primaveral, como não se encontra facilmente em outros paizes da Europa. Ha dias foram os congressistas que vieram assistir á 7.ª reunião do Congresso de Direito Penal, congresso de que o OCCIDENTE trata em outro artigo, o que nos forra a termos de tratar aqui d'essa reunião de sabios de que francamente não percebemos nada, o que faz, talvez, com que não percebamos tambem o que o dito congresso adiantou, além da agradável cavaqueira, intercalada de bons jantares e bellos passeios a Cintra e a Cascaes, onde, no Monte Estoril os congressistas poderam apreciar a sucolencia d'um jantar á portugueza, que o sr. Carlos Anjos lhes offereceu, no seu principesco chalet.

Ante a orelheira de porco e o lombo assado, não ha estrangeiro que deixe de comprehender a causa da nossa resistencia nacional atravez de todas as vicissitudes.

E depois d'estes visitantes, que já partiram, outros que chegam, como Eduardo Prado, o festejado litterato brasileiro, grande admirador e amigo do malogrado Oliveira Martins, que mais uma vez visita Lisboa, de passagem para Paris onde vaee residir temporariamente. Febore o notavel actor, societario da Comédie Française, que

anda passeando os seus 62 annos em viagem de recreio pela Europa acompanhado de sua esposa. Mr. Febore é cavalleiro da Legião d'Honra e commendador de Christo, graça que foi agradecer a El-Rei D. Carlos, que o recebeu no Paço das Necessidades.

Além d'estes visitantes annuncia-se para breve a visita d'um grupo francez, que não é de finan-

ceiros que venham estudar de perto as nossas finanças e que, segundo se diz, venham aconselhar o governo que os deseja consultar, mas um grupo de escurcionistas que se querem divertir n'este jardim de flores «á beira mar plantado.»

E o tempo vaee para escursoes, por terra como os que este anno foram em maior numero que nos annos anteriores ás festas da semana santa em

## CONGRESSO PEDAGOGICO



CONSELHEIRO BERNARDINO MACHADO — PRESIDENTE DO CONGRESSO

Sevilha, ou pelo mar como o Senhor D. Carlos que foi de passeio até Setubal, no seu novo *Yacht D. Amelia*, a fazer novas explorações oceanographicas.

Sua Magestade embarcou no dia 22 acompanhado pelos srs. marquez de Fronteira, conde de Arnoso, D. Fernando de Serpa e Roberto Ivens. O D. *Amelia* dirigiu-se para a barra, mas como o mau tempo não a permitisse transpôr, veio fundear em frente da Trafaria, onde passou a noite. Na manhã seguinte, El-Rei dirigindo a manobra, levou o barco até a bahia de Setubal onde proseguiu nas suas explorações oceanographicas, e fez boa colheita que decerto virá enriquecer a sua exposição oceanographica, que ha dias inaugurou na Escola Polytechnica. Exposição curiosissima de bellos exemplares do mundo do mar, nas costas de Portugal, devida a iniciativa e trabalho de El-Rei, coadjuvado pelo sr. Alberto Girard, distincto preparador da Escola, e cujos trabalhos de naturalista são já bem conhecidos e justamente apreciados.

Uma outra exposição tem estado patente na livraria Gomes ao Chiado. Uma exposição de quadros e caricaturas do sr. Jorge Colloca, um artista de raça e que affirma o seu bello talento de pintor e caricaturista, n'esta exposição, onde tem vendido uma boa parte dos seus quadros, incluindo o que tem por titulo: *A partida interrompida*, que foi adquirido pelo sr. conde de Thomar por 200,000 réis.

E também muito interessante a exposição de rendas e bordados, nas salas do Atheneu Commercial, em que se podem admirar alguns trabalhos feitos nas eschololas industriaes, que na sua maioria ali concorreram.

E para que n'esta quadra primaveral as flôres tivessem a sua festa, o sr. Teixeira Marques abriu, no seu horto as Amoreiras, uma esplendida exposição de rosas que cada dia desabrocham mais bellas, em exemplares magnificos, que fazem o encanto do publico que visita esta exposição.

E' uma festa de flôres rescendente de aromas como outras festas que tem havido por esses theatros rescendentes de alegria.

As festas de Angela Pinto e de Mercedes Blasco, no theatro da Rua dos Condes, com a representação do *Reino da Bolha*, a revista de anno mais engraçada e mais fina que temos visto, em que Eduardo Schwabach e Raphael Bardallo com os seus extraordinarios typos, fazem rir a bom rir o publico que ali afflue todas as noites.

Foram duas noites em cheio as festas das duas atrizes, que desempenham os principaes papeis da revista.

O publico não se fartou de as applaudir e com justiça, porque Angela Pinto cujo talento de actriz é bem conhecido, dá um extraordinario relevo e vida aos diff. rentes papeis que desempenha n'esta revista, e Mercedes Blasco que canta com muita graça e animação as varias coplas da peça que todas as noites são bisadas.

Houve ainda mais duas festas theatraes, a de Souza Bastos, na Trindade com a representação da revista *Em pratos limpos*, que tambem cahiu no agrado do publico e tem um *mise-en-scène* de primeira ordem, e a de Eduardo Schwabach, no Gymnasio com a representação dos Pimentas, uma engraçada comedia que tem tido um exito extraordinario.

No theatro de D. Maria o *Othelo*, constituiu a recita dedicada aos congressistas estrangeiros, em que estes poderam admirar o bello trabalho de Brazão, Roza e Virginia, na interpretação das personagens da grande tragedia de Shakespeare.

O amor é o grande movel de todas as tragedias, e quando o louco apaixonado não é um moiro de Veneza, que no auge do ciuime crava o lendario punhal no collo alabastrino da sua Desdemona, é um boticario da Nazareth, que desvairado de amor, dispara o revolver *Bull-dog* sobre o peito da sua Carolina.

Foi um caso que alvorotou Lisboa e confrangeu o coração de toda a gente.

Na rua de S. Joaquim, a Santa Isabel, uma rua pacata e tranquilla, ali foi o theatro da horrivel tragedia passada no segundo andar da casa n.º 15. Carolina Moreira, uma viuva de 25 primaveras, louca e formosa, vivia feliz com o sr. Raul Castello Branco a quem ia dar em breves dias a mão de esposa perante a auctoridade civil.

Hermenegildo de Souza, boticario da Nazareth, era seu antigo amante, e mordaram-lhe os ciuimes dos novos amores de Carolina. Elle queria-lhe muito assim como a uma filha que esta lhe dá, e por mais esforços que fez não conseguiu convencer a que casasse com elle em vez de casar com o sr. Raul.

Foi terrivel a lucta que se travou no espirito de Souza, antes da resolução terrivel que tomou de

Carolina ou ser só d'elle ou de mais ninguem. O amor tem d'estas caprichosas imposições que arrastam até ao crime. Foi o que aconteceu.

Hermenegildo de Souza veio a Lisboa. Pôde entrar em casa da sua antiga amante e ali mais uma vez lhe pediu, lhe implorou de joulhos por entre lagrimas que lhe escaldavam as faces, que casasse com elle que era o pae de sua filha, que não o desgraçasse porque elle não podia viver sem ella que era toda a sua felicidade, e ella não attendeu ás supplicas do homem que a adorava e apenas, para se vêr livre d'aquella situação critica, respondeu que iria ter com elle onde lhe indicasse para combinarem mais tranquillamente o que haviam de fazer.

Souza percebeu o subterfugio. O desespero apossou-se d'elle completamente, perdida toda a esperanza; uma onda de sangue lhe ivadio o cerebro e levantando-se n'um impeto feroz apertou, convulso, na mão um revolver que trazia no bolso e disparou á queima roupa cinco tiros sobre o peito da mulher que adorava e que cahiu, mortalmente ferida, sobre o pavimento.

Ella ainda chamou pela filha, nas vascas da morte, depois toda aquella belleza se tingiu do sangue que brotava das feridas e apenas uns cabellos negros abandonados em farta madeixa ao longo do corpo, podiam dizer que estava ali uma mulher formosa.

O louco amante, aterrado da sua obra, trémulo, febril, recúa ante o cadaver e volta contra si a arma ainda fumegante disparando o tiro que lhe restava, sobre o lado esquerdo.

Mas a arma errou a pontaria para lhe prolongar o castigo.

Hermenegildo de Souza terá de expiar o seu crime, entre os remorsos, n'um carcere, como a desgraçada amante pagou com a vida a sua levandade.

Lyceu.



## AS NOSSAS GRAVURAS

CONSELHEIRO BERNARDINO MACHADO

«AFFIRMAÇÕES PUBLICAS» — CONGRESSO PEDAGOGICO

Dando á estampa o retrato do sr. conselheiro dr. Bernardino Machado, synthetizamos e registamos dois factos importantes que mais uma vez acabam de o pôr em merecida evidencia.

Referimo-nos á recente publicação do seu livro *Affirmações publicas*, sahido dos prelos da Universidade, que temos presente, e á presidencia do Congresso Pedagógico, ultimamente realizado em Lisboa.

Reunindo estes dois factos, tentaremos mostrar que a ligação entre elles é deveras intima. No presente livro, o illustre lente da Universidade de Coimbra insere muitos dos seus trabalhos de fins de 1886 a principios de 1893. Embora n'elle não sejam publicadas as suas conferencias pedagogicas, realisadas na *Academia dos Estudos Livres*, nem um lucido esboço de reorganisação do ensino agricola superior, feito em 1891, contem todavia as *Affirmações publicas* um copioso texto interessantissimo e de alto valor pedagogico, que se compõe de notaveis estudos sobre o ensino e educação, nas suas mais variadas manifestações.

As *Affirmações publicas* constituem o mais bello exemplo de quanto o seu auctor tem pugnado pela instrucção.

Pelo simples summary dos capitulos pôde o leitor aquilatar da extensão e alcance das questões tratadas no referido livro, e que são as seguintes:

Lyceus para a mulher — Instrucção secundaria — O novo plano de educação secundaria — Sociedades particulares de instrucção em Portugal — Para a grande subscrição nacional — Liga da educação nacional — Ministerio de instrucção publica — Exposições escholares — O ministerio e a centralisação da instrucção — Eschololas industriaes — Eschololas commercaes — Institutos industriaes e commercaes — Ministerio d'ins-trucção publica — D. Antonio da Costa — Lei de Salvação publica — A isempção tributaria dos pequenos vencimentos — Eschola polytechnica — O ensino primario em Lisboa — Necessidade da instrucção — Instrucção primaria — Introducção á pedagogia — Congresso pedagogico de Madrid — Congresso geographico de Madrid — A crise

politica e financeira e o ensino — Associação Victorino Damasio — Congresso e exposiçãõ pedagogica em Madrid.

Auctoridade, pois, em tão magno assumpto como o é a educação nacional, o sr. conselheiro Bernardino Machado é sempre unanimemente indicado para a direcção suprema do estudo e das questões referentes ao ensino, que se suscitam entre nós.

Assim, não só tem sido eleito delegado pelos collegios scientificos, mas tambem aclamado para a presidencia dos congressos pedagogicos, realisados em Portugal, e delegados aos havidos no estrangeiro, tendo sempre cumprido com honroso brilho as suas nobres commissões.

Por estes antecedentes, pelo seu talento, e vasta illustração, o sr. dr. Bernardino Machado foi convidado a presidir ao segundo Congresso pedagogico organiado pelo professorado primario e que se inaugurou, em Lisboa, no dia 12 do corrente mez.

Não podia o illustre homem de sciencia exprimir-se a tão importante cargo, já porque lhe era grato cooperar em obra tão subida, de tão real significação, que muito honra o magisterio do nosso paiz, como contribuir para o assentamento das indicações e dar aos poderes publicos a bem do progresso da instrucção, segundo os conselhos da esperiencia adquirida no exercicio da nobilissima missão de difundir pelo ensino a instrucção.

Muitas foram as propostas apresentadas e approvadas pelo Congresso, demonstrando todas ellas profundo estudo de interesse geral no ensino, que os seus auctores defenderam brillantemente.

Grande foi o numero dos delegados eleitos ao Congresso e todo o paiz estava n'elle representado honrosamente.

Pela enumeração das commissões, se fará uma ideia dos assumptos de que o Congresso tratou.

Foram ellas as seguintes, segundo os presidentes e vogaes respectivos indicados pelo sr. presidente e merecendo a escolha d'essas commissões a unanime approvaçãõ do Congresso.

Para o primeiro ponto — *reclamações aos poderes publicos no sentido de m. lhor garantir os progressos da instrucção popular, até onde for compativel em as condições geraes do paiz e situação do corpo docente* — srs. Antonio Maria de Freitas e Francisco Cardoso.

Para o segundo ponto — *organisação pedagogica* — srs. Martins Contreiras e Manuel Ferreira.

Para o terceiro ponto — *organisação da exposiçãõ pedagogica* — srs. Simões Raposo e Candido de Figueiredo.

As conclusões do relatorio da primeira commissão foram as seguintes:

Organisação de commissões territoriaes por districtos, concellos e parochias, para tratarem de tudo o que interesse no desenvolvimento do ensino;

Isonção de propinas para o exame de admissãõ ou de instrucção primaria elemental do 2.º grau;

Determinação de prazo para as camaras municipaes procederem á construcção de edificios escholares com casa de habitaçãõ para o professor, segundo um plano geral convenientemente estudado;

Mudança immediata das eschololas mal alojadas para edificios que offerçam melhores condições para esse fim e enquanto se não construem edificios apropriados.

Fornecimento immediato de mobilia e material de ensino a todas as eschololas que d'isso careçam;

Organisação immediata do ensino complementare e classificaçãõ do pessoal existente;

Substituição da inspecção extraordinaria pela inspecção permanente, desempenhada por professores primarios, pagando-se-lhes gratificaçãõ de exercicio que lhes compete pela categoria do diploma complementare, embora estejam exercendo o magisterio em escola elemental, e isto a contar de um de julho de 1895;

Fusão das verbas de vencimento de categorias e de exercicio em um só ordenado para todos os effeitos, inclusive o da aposentação; e que o apuramento d'estas se faça officialmente sem despeza para o professor;

Fixaçãõ de subsido para renda de casas, a exemplo do que se fez quanto a Lisboa e Porto, aos professores de todas as outras terras do reino, segundo a hierarchia administrativa das mesmas terras;

Abolição de contribuições municipaes para os professores como funcionarios do estado;

Transferencia provisoria do expediente das folhas de vencimento e da requisição do material que estava a cargo dos administradores dos concellos para os commissarios da instrucção, enquanto não ha inspector ou director do districto, ao qual esse serviço incumbe como deve;

Eliminacão do art. 29.º do decreto de 22 de dezembro de 1891, devendo as transferencias serem apenas feitas a pedido do interessado;

Gratuidade do internato nas eschololas normaes para os filhos dos professores primarios.

Exigencia de diploma legal para o magisterio aos individuos que queiram exercer o ensino livre;

Installação immediata das eschololas normaes de Coimbra e a creaçãõ de uma para cada sexo nos Açores e na Madeira;

Renovação, no relatorio que d'este congresso ha de subir aos poderes publicos, das conclusões a que o professorado primario portuguez chegou no 1.º congresso realisado em 1892, e as quaes não tenham sido até hoje ainda tomadas em consideraçãõ. — Antonio Maria de Freitas, relator.

Ao relator foi proposto e aprovado um voto de louvor pela maneira como estava elaborado aquele documento sufficiente para afirmar o valor do Congresso.

Da segunda comissão e do seu relatório, apresentado pelo sr. Martins Contreiras, é esta a summula:

1.º Convirá reclamar perante os poderes publicos sobre a necessidade de algumas modificações a fazer nas leis vigentes, no sentido de garantir mais solidamente os progressos da instrução popular e de melhorar, até onde for compativel com as condições geraes do paiz, a situação do respectivo corpo docente?

2.º—Que progressos se tem realizado na methodologia e em especial na das seguintes disciplinas: leitura, escrita, geometria e desenho, chorographia e historia, grammatica e moral?

Cada um d'estes pontos poderá ser tratado em conferencias especiaes e relatado em particular.

3.º—Convirá que o magisterio primario portuguez organice uma exposição pedagogica em 1898, ao celebrar-se o 4.º centenario da descoberta da India, visando principalmente a exhibição dos progressos do ensino primario, no paiz e nas colonias?

Da terceira comissão, o sr. dr. Candido de Figueiredo, relator do parecer, leu o seu relatório, começando por se referir ás nossas glorias passadas. Refere-se á intervenção do magisterio na celebração do centenario da India e propoz que se fizesse exposição pedagogica, dividida nas duas seguintes secções: 1.º material escolar; 2.º trabalhos dos alumnos.

Propoz que se nomeasse uma comissão especial de 5 membros a que seria aggregado um professor de cada um dos districts do continente e das ilhas adjacentes, comissão que se entendá directamente com a comissão central da celebração do centenario.

Todas as conclusões dos relatorios dos tres pontos sobre que versou o congresso foram anottados detidamente pelas respectivas commissões encarregadas de dar o seu parecer, sendo todos os relatores muito applaudidos, e originando-se da discussão muitas propostas de varia natureza cuja apreciação se fez.

Para o relatório geral do Congresso, ficou proposto o sr. conselheiro Bernardino Machado, que aceitou, ficando a meza que presidiu aos trabalhos encarregada da escolha dos membros para a comissão da exposição e de promover o novo congresso.

E assim terminou a terceira sessão e com ella o actual congresso que marcou uma data notavel na historia do magisterio portuguez, retirando no mesmo dia para Coimbra o sr. conselheiro Bernardino Machado a quem os congressistas fizeram uma calorosa manifestação de agradecimento e respeito.

Não podiamos, pois, synthetisar melhor este facto de altissima importancia do que honrando o nosso periodico com a publicação do retrato do illustre pugnador da instrução.

#### O CONGRESSO DE DIREITO PENAL, EM LISBOA

DR. EDUARDO ALVES DE SÁ,

PRESIDENTE DO GRUPO PORTUGUEZ

Registando n'estas paginas a reunião do Congresso de Direito Penal, que se realizou em Lisboa, acompanhamos esta noticia com o retrato do presidente do grupo portuguez, o sr. dr. Eduardo Alves de Sá, um dos mais distinctos ornamentos do foro portuguez, que tanto tem illustrado com o seu bello talento, e que na escolha que elle fizeram os seus collegas para a presidencia, e o reconhecimento dos elevados dotes que distinguem o abalizado jurista, provado desde os bancos da Universidade, onde o seu curso foi brilhante, até á tribuna forense, onde tem advogado as causas mais notaveis.

O Congresso celebrou as suas sessões na sala da Academia Real das Sciencias, tendo logar a primeira sessão preparatoria no dia 20 do corrente, em que a Associação dos Advogados deu as boas vindas aos congressistas estrangeiros. Presidiu a esta sessão o sr. dr. Henrique Midosi, secretario pelos srs. drs. Pereira Alves e Azevedo e Silva. O sr. Midosi, fallando em nome da Associação dos Advogados, fez um brilhante discurso em francez, a que respondeu o sr. Taladriz, congressista hespanhol. Discursaram ainda dando as boas vindas, os srs. drs. Carlos José d'Oliveira, Dias Ferreira e Tavares de Medeiros, agradecendo o sr. Marigny, advogado em Paris, que discursou muito correctamente em portuguez.

A primeira sessão do Congresso realizou-se no dia 21, abrindo a sessão o sr. conselheiro Veiga Beirão, ministro da justiça, presidente honorario do Congresso, e que pronunciou um bello discurso em francez saudando os congressistas

estrangeiros e discorrendo com notavel proficiencia sobre os fins do congresso.

Respondeu ao ministro da justiça o sr. Carnot, em nome dos congressistas estrangeiros.

Em seguida o sr. conselheiro Beirão cedeu a presidencia ao sr. dr. Alves de Sá, presidente do grupo portuguez, constituindo-se a meza definitiva do Congresso.

Foi tambem muito notavel o discurso, em francez, pronunciado pelo sr. dr. Alves de Sá, esplanando as razões e fins do Congresso, e notando os progressos dos modernos estudos de criminallogia e de direito penal. Referiu-se aos estudos feitos pelos srs. drs. Henrique da Silva, Mendes Martins, Bernardo Lucas, Azevedo Castello Branco, Tavares de Medeiros, etc. Deu conta ao Congresso dos trabalhos apresentados pelos congressistas nacionaes e estrangeiros, especializando a *Memoria sobre responsabilidade criminal e respectivo rapport*, do sr. dr. Mendes Martins, a *Memoria sobre liberdade de imprensa*, do sr. dr. Trindade Coelho, e *Theories modernes de criminalité*, do sr. René Wormes.

O sr. dr. Alves de Sá propoz para serem eleitos presidentes do Congresso os srs. Josip Salovic, Liszt, Hamell, Pawels e Torres Campos; e secretarios os srs. Marigny, Riviere, Leroy e Benevides.

Nas cinco sessões que celebrou o Congresso discutiram-se as seguintes questões: *sobre responsabilidade moral e penal*, memoria do sr. dr. Mendes Martins, que apresentou sobre ella um resumido relatório, synthese das idéas largamente desenvolvidas na memoria, referindo-se principalmente á degenerencia e meios de defeza social, segundo a theoria moderna.

Tomaram parte n'esta discussão os srs. Liszt, que não aceitou as idéas do auctor da memoria por lhe parecerem demasiado radicadas no estado actual da sciencia. O sr. Hamell, professor hollandez, achou o problema por emquanto insolavel. O sr. dr. Tavares de Medeiros, um dos que mais trabalhou para a organização do Congresso, apoiou a doutrina do relatorio do sr. Mendes Martins. Discursou proficientemente sobre o assumpto o sr. dr. Bombarda, professor da Escola Medica e distincto alienista director do hospital de Rilhafolles. O sr. Mendes Martins fallou largamente em defeza das suas doutrinas, mostrando vasta erudição e conhecimentos muito especiaes da moderna psycho-physiologia e psychiatria, desenvolvendo a theoria da degenerencia sustentada na sua *Memoria*. O sr. dr. Bernardo Lucas, director da *Revista Juridica*, defendeu a theoria da *defeza social*. O sr. Dorado, professor de direito da Universidade de Salamanca, segue as idéas do auctor da *Memoria*. O professor Henry Joly e o abbade Reynaud fizeram a apologia da educação como meio preventivo contra a criminalidade.

A discussão d'esta *Memoria* absorveu a segunda sessão do Congresso.

Na terceira sessão discutiu-se: *Contravenções, definição, repressão e processo, tentativa*. O sr. Dorado apresenta o seu relatorio sobre contravenções. A divisão tri partida dos factos puniveis em crimes, delictos e contravenções, introduzida na legislação penal pelo codigo francez de 1810, está posta de parte e substituida pela bi partida em: crimes e contravenções. Não sabe em que differe essencialmente uma contravenção de um delicto? Um facto é sempre um delicto, emquanto que um outro será uma contravenção. O crime, facto doloso; contravenção, facto culposo. Os crimes são actos intencionalmente maus ou immoraes; as contravenções actos indifferentes sob o ponto de vista da moral, mas que é preciso reprimir; os delictos são actos que merecem castigo, por serem praticados intencionalmente entre reus de um e outro crime, não havendo razão para uma distincção de tal ordem.

O sr. Hamell aceita esta doutrina, ainda que discorda em alguns pontos. Os srs. Liszt e Marigny discursaram sobre o mesmo assumpto, assim como o sr. dr. Henrique da Silva, que apresenta uma *Memoria* sobre o mesmo thema, em que sustenta que entre delicto e contravenção existe uma notavel differenciação, notando que ha caracteristicos especiaes para determinar onde acaba o delicto e onde começa a contravenção, ainda que na pratica reconheça difficuldade para a differenciação em algumas hypotheses.

Na quarta sessão tratou-se do *degrede como repressão penal*. O sr. Rosafuentes esplanou este ponto e entende que se devem estabelecer colonias agricolas. O sr. Joly entende que isto é uma questão que só interessa certos paizes, que o degredo não offerece o castigo necessario em certos casos e que a proporção dos reincidentes é enorme. Afinal o Congresso approvou o degredo em principio.

Discutiu-se tambem a seguinte these: *Processo a seguir contra o delinquente menor cahido sob a alçada da lei penal*. O sr. Leroy entende que devem haver duas ordens de estabelecimentos onde os criminosos sejam detidos conforme o grau das faltas commettidas. E o sr. dr. Ernesto de Vasconcellos, director da penitenciaria-escola agricola da Villa Fernando, que discursa largamente sobre este ponto, com verdadeiro conhecimento de causa, fazendo ver a utilidade das penitenciarias-escolas para os menores, e para que estas aproveitem aos delinquentes, a necessidade de, pelo menos, permanecerem ali dois annos. Entende tambem que os menores devem ser julgados muito em especial, sem apparato e sem testemunho de outros menores, para que isso não desperte a natural tendencia de imitação que existe nas creanças. O sr. dr. Antonio Costa fallou no mesmo sentido e recorda o dito de Tarde e Ferri n'uma conferencia em Paris, onde o primeiro d'estes notaveis criminalistas, expoz que o socialismo era a propria sociallogia em acção, porque, sociologia ou socialismo, visava não só a destruir egualitariamente a riqueza, não só a preservar as differenciações sociaes, mas tambem a reformar os costumes: era mais do que um ideal politico, era a remodelação completa sobre novas bases, de todo o organismo colectivo. Fallaram ainda sobre este assumpto os srs. abbade Reynaud, Marigny e Riviere, com o que terminou a quarta sessão.

Na quinta sessão o sr. dr. Bernardo Lucas discursou em francez sobre os inconvenientes de se adoptar systema identico para os julgamentos de adultos e de menores, e advoga a necessidade do julgamento clandestino para os menores. O sr. Taladriz falla no mesmo sentido e considerando a affirmativa do sr. dr. Bombarda, de que todos os criminosos são doentes, entende que os menores exigem maiores cuidados de que os adultos. O sr. dr. Bombarda faz considerações bem fundadas sobre a differença do cerebro das creanças e dos adultos.

O sr. Hamell propõe que se acabe com a imposição das custas aos condemnados. Na Alemanha já estão abolidas com vantagem para a brevidade dos processos, porque das custas resulta, em muitos casos, a demora d'estes.

O sr. Liszt apresentou algumas modificações a introduzir nos estatutos da União Internacional do Direito Penal e fez o elogio do sr. conselheiro Beirão, como advogado, o que foi calorosamente applaudido.

O sr. dr. Bombarda leu uma memoria sobre alienados, resultado de estudos por elle feitos no hospital de Rilhafolles.

O sr. dr. Trindade Coelho leu o seu relatorio sobre a responsabilidade de delictos por liberdade de imprensa.

O sr. Francort discursou sobre a pena de morte, declarando que já não se applica na Belgica.

E com esta sessão terminaram de trabalhos do setimo Congresso de Direito Penal.

Foi importante o numero de memorias apresentadas ao Congresso e as questões que nelle se discutiram, embora não se resolvesse nenhuma definitivamente.

A impressão que os congressistas estrangeiros levam de Portugal, deve ser bastante agradável, tanto pela maneira como foram recebidos pelos seus collegas portuguezes, como pelas bellezas do paiz que visitaram.

O grupo portuguez offereceu aos congressistas estrangeiros um banquete, no Avenida Palace, que foi uma festa brilhante. Na noite de 23 do corrente houve uma recita no teatro de D. Maria, especialmente dedicada aos congressistas. Representou-se o *Cthello* e assistiram á recita Suas Magestades El-Rei D. Carlos, rainha D. Maria Pia e Sua Alteza o Sr. Infante D. Affonso, achando-se ali reunido o melhor da alta sociedade lisboense.

Houve tambem passeio a Cintra, Cascaes, Alcobaca e Batalha.

No Monte Estoril o sr. Carlos Anjos offereceu um luto banquete aos excursionistas, no seu chalet, em que houve a maior animação.

Os congressistas visitaram tambem a Penitenciaria de Lisboa e o tribunal da Boa-Hora, onde só poderam ver alguns cartorios, porque as salas das audiencias estavam fechadas.

#### O CASTELLO DE MONTE-MÓR-VELHO

De pé, sobranceiro á pittoresca villa de Monte-Mór-Velho, lá está o vetusto castello dominando os largos campos do Mondego, descobrindo-se de suas ameias extenso horisonte.

A sua origem perde-se na lousura dos séculos como n'ella se perde a origem da villa de Monte-Mór-Velho, sendo certo que já era povoação no tempo dos arabes na península.

Dos velhos castellos que ainda hoje existem no paiz, este é um dos que tem mais gloriosa historia, nas guerras dos christãos e mouros que se feriram na península para a libertar do dominio arabe.

Por mais de uma vez o castello de Monte-Mór-Velho foi theatro de sangrentas luctas, sendo talvez a mais notavel a que ali se deu em tempo do rei Fernando I de Leão, *O Magno*, que vendo ser o castello de Monte-Mór a praça mais importante que os arabes tinham n'aquelle ponto da península, assolando e avassalando as povoações proximas, o tomou de assalto com um valente exercito, que não só matou todos os mouros que o defendiam, mas arrazou completamente as suas muralhas, para que o inimigo não voltasse de novo a conquistá-lo.

Depois foi reedificado pelo anno de 1088, reinando em Castella D. Affonso VI, pae da rainha D. Thereza e avô de D. Affonso Henriques, o fundador da monarchia portugueza, o qual continuou a reedificação do castello e povoação.

D. Sancho I legou em testamento o senhorio da villa de Monte-Mór e outras as suas filhas, as infantas D. Sancha e D. Thereza, porém D. Affonso II, vendo que seu pae deixára aos irmãos o melhor dos bens da corôa, ficando elle sem o necessario para sustentar a sua côrte com a decencia conveniente, oppoz-se aquellas prodigalidades

## CONGRESSO DE DIREITO PENAL



DR. EDUARDO ALVES DE SÁ — PRESIDENTE DO GRUPO PORTUGUEZ

e entrou em contendas com os irmãos, de modo que o infante D. Fernando fugiu para Castella e D. Pedro para Marrocos.

As infantas defenderam-se nos seus castellos, d'onde pediram auxilio ao papa Innocencio III e ao rei de Leão.

D'aqui proveio o chamar-se a villa de Monte-Mór-Velho e seu termo, *Terra do Infantado*.

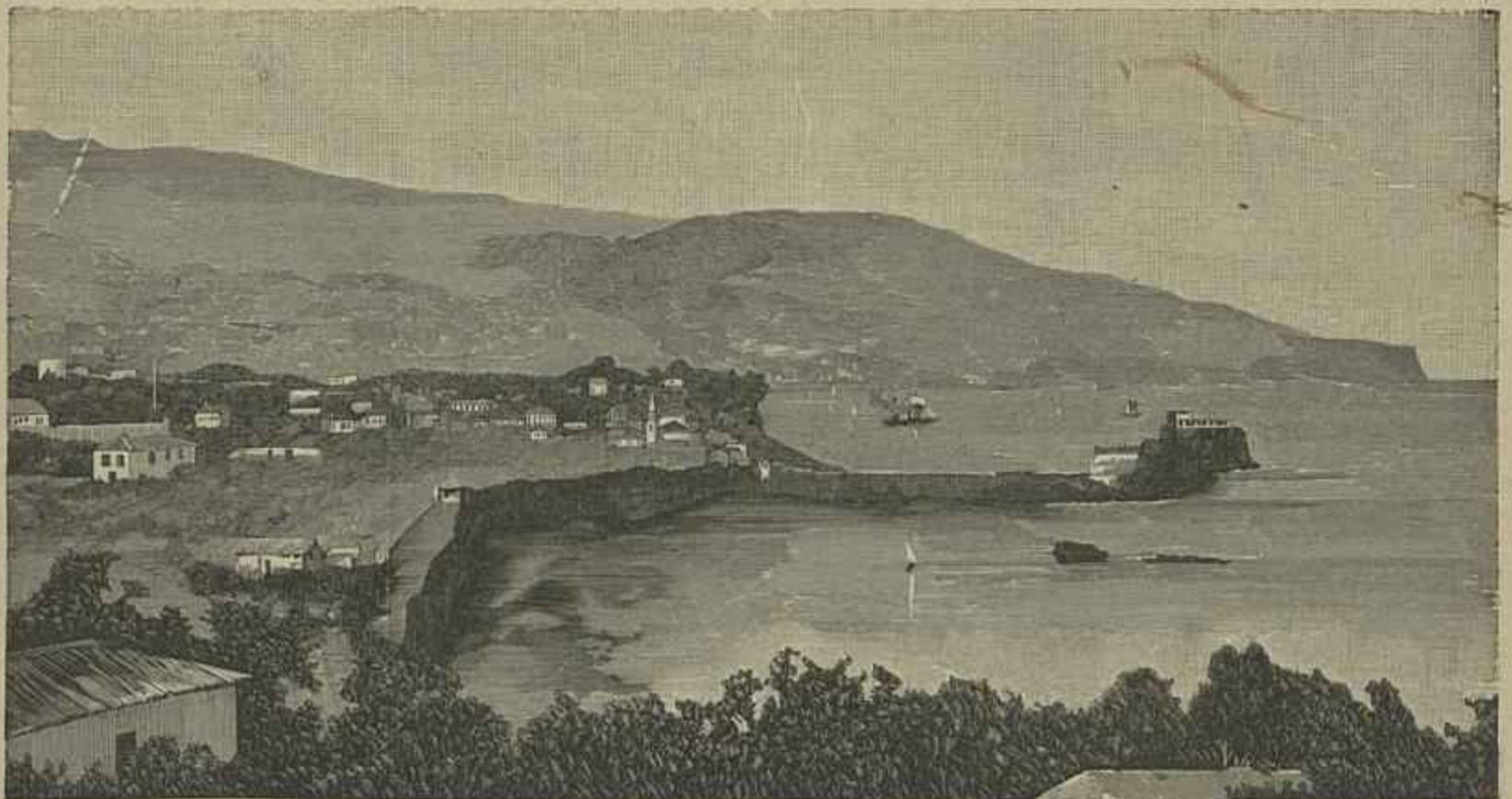
### UM MAGICÓ AFRICANO

Todos os povos tem as suas superstições que descambam em feitiços e exconjurios. Na India, são notaveis os livros vedicos que tratam de exconjurios. Na Africa, os feitiçeiros tambem tem a sua influencia, como o prova a nossa gravura. É bem notoria a importancia que as racas inferiores attribuem aos feitiços, circumstancia propria da sua religião fetichista que vê no objecto a divindade em si mesma e não a imagem ou representação d'ella.

Mas para que insultar esses povos de estadio meio selvagem? quando entre os povos mais cultos existem semelhantes preconceitos e maleficios.

Entre nós, nas *Ordenações*, tit. 3 do livro 5, se legisla a pena de morte aos feitiçeiros, não podendo gozar de privilegio para escusar pena vil, nem sequer impetrar perdão como se vê no liv. I do *Regimento dos Desembargadores do Paço* § 18.

Seria uma bibliographia curiosa a que trata das abusões e superstições peninsulares. Aqui tivemos occasião de publicar em tempo parte de um interessante estudo a



ILHA DA MADEIRA — UMA VISTA DO FUNCHAL

(Copia de uma photographia)

este respeito do illustre academico sr. Teixeira de Aragão.

Entre os livros que deveriam ter bom logar n'essa lista, citaremos, hoje, um, verdadeiramente especial porque é escripto com viva crença, dando assim curso ás mais disparatadas historias e fabulas.

Uma para amostra<sup>1</sup>:

Vivendo em Lovayna, cidade de Barbancia, Cornelio Agrippa, famoso mago, teve por hospede a um similhante curioso. Este á força de repetidas instancias alcançou da mulher de Agrippa que o introduzisse no aposento, onde elle estava; e encontrando alli entre outros livros um de esconjuros, se poz a ler por elle: mas apenas tinha começado, quando ouviu que lhe batiam á porta com estrondo.

Turva-se o curioso e teme, e todavia prosegue na leitura. Entra pois um demonio que lhe pergunta: — Para que me chamas? Que é que mandas? Não respondeu o miseravel, nem já podia

tuido pela formosa ilha do mesmo nome, por outra muito menor e menos importante, denominada Porto Santo e por tres ilheos penhascosos, sem vegetação e sem habitantes, denominados «as Desertas».

A amenidade excepcional do clima da Madeira e os seus famosos vinhos grangearam á formosa ilha fama universal: a colheita do vinho, que tão devastada ali foi pelo oidium e o phylloxera, está hoje assaz reduzida, as condições climatericas, subsistindo, porem, fizeram da Madeira a principal estação sanitaria da Europa.

Aos olhos do viajante que pela vez primeira a contempla, o seu aspecto causa estranheza. Do nascente ao poente, é cortada por uma cadeia de montanhas, descrevendo cristas e picos assaz elevados, os mais altos dos quaes são o Pico Arrieiro, que mede 1708 metros, o Pico Ruiço, 1846, o pico do Canario, 1060. Esta cadeia de montanhas reparte a ilha em duas regiões distinctas: — a do

cashez em estradas regulares, devida, em grande parte, a tal circumstancia, torna ardua e difficil a circulação e o transporte dos productos agricolas, e designadamente os da região septentrional da ilha, que vêm conduzidos em barcos para a cidade do Funchal, a capital da ilha.

O Funchal, cidade approximadamente de 34.000 habitantes (132.000 é a totalidade da população do archipelago) é em extremo pittoresca — O seu aspecto é absolutamente europeu, ruas e casas, pouco differem das de Lisboa, capital do reino: e o mesmo pôde affirmar-se em quanto ao typo dos seus habitantes. A posição da cidade, rodeada de quintas, dominada pelas plantações de cana de assucar e disposta em amphitheatro sobre o mar, é excepcionalmente bella e servem-lhe de fundo os alterosos pincares que dominam os grupos de rochas, vestidos até certa altura e pelas florestas de pinheiros e de outras variadissimas esencias.



CASTELLO DE MONTE-MÓR-VELHO

(Copia de uma photographia do sr. Carlos de Sousa Pimentel)

com medo. Arremetteu a elle o demonio e o afogou. N'este ponto entrou de fora o magico, já sabedor do successo, e porque não se lhe attribuisse a morte do hospede mandou ao familiar que entrasse no cadaver, e o levasse como vivo pela praça e no meio do passeio com outros estudantes o largasse em terra, como morto de repente. Assim se fez; porém os signaes de que morrera afogado desmentiram o estratagemma e confirmou a suspeita o mesmo Agrippa fugindo para Lorena.

E além d'esta, outras de equal theor nos conserva a *Hora de Recreio* nas suas tres Centurias.

O magico africano se lêsse isto não deixaria de rir da credencia do auctor tanto como elle explora a dos seus patricios.

## A ILHA DA MADEIRA

Ao norte das ilhas Canarias, e pelas alturas da região central do imperio de Marrocos, surge em pleno oceano o archipelago da Madeira, consti-

norte mais alcantilada e ingreme, e a do sul de muito mais suave pendor.

A Madeira é de origem vulcanica, e o seu solo principalmente constituido por basaltos e por camadas de lavas basalticas. É abundantissima em agua, circumstancia que communica ás suas deliciosas e pittorescas paisagens encanto e frescura pouco vulgares nas regiões montanhosas dos paizes meridionaes.

A esta riqueza em vivificadora humidade correspondem, como é de suppor, a fertilidade e a opulencia da vegetação: a pár das roseiras, das murtas, do louro, do cypreste e do pinheiro, ali se veem a magnolia, a palmeira e mangueira. É riquissima a sua flora, e não menos abundantes os fructos de especies variadissimas e proprias de diversas regiões, taes como a laranja, a manga, o ananaz, a bananeira, a romã, ect., etc — Produzem ali o café, o chá e a cana do assucar, cuja cultura se tem desenvolvido immensamente, no intuito de servir de compensação á perda quasi total dos seus tão decantados vinhos, que o oidium, primeiramente, e mais tarde o phylloxera vieram destruir quasi por completo.

A accidentação excessiva dos terrenos e a es-

A cultura da vinha acha-se hoje restabelecida.

As primeiras uvas foram importadas para a ilha no seculo xv, seis annos depois da descoberta da mesma — vieram de Chypre.

Do primeiro vinho que foi exportado algum foi mandado de presente a Francisco I de França — em época cuja data não está averiguada. — Consta de um documento antigo que o vinho em 1506 se exportava já em escala de relativa importancia e valia a 35200 reis a pipa — começando a exportação a desenvolver-se ahi pelos meados do seculo xvi.

O veneziano Cadamosto, em 1445 refere se com louvores entusiasticos aos vinhos da Madeira, e em 1503 Fructuoso cita o *Malvasia* madeirense como sendo superior aos vinhos todos d'aquella época.

Nem só de Chypre vieram cépas para a Madeira — O *cercial*, um dos mais preciosos typos do vinho da Madeira é de origem teutonica.

As primeiras cépas vieram do Reno — de Hochheimer.

<sup>1</sup> *Hora de Recreio* — Centuria I pag. 63. Lisboa, 1760.

## A Covilhã e a Indústria dos Lanifícios

(Continuado do n.º antecedente)

## II

Tratar do estabelecimento das fabricas de lanifícios, na Covilhã, é esboçar um dos mais bellos capitulos da historia industrial do nosso paiz, e do progresso fabril da laboriosa cidade. A primitiva fundação das fabricas reaes de lanifícios, na Beira e no Alemtejo, está de tal modo adstricta á historia da industria de tecelagem da lã em Portugal, que é prefacio obrigado no caso sujeito um breve resumo da historia de tão importante industria.

\*  
\*  
\*

Os lanifícios podem-se considerar como a decana das industrias portuguezas, pois que datam de tempos immemoriaes, sendo coevos dos primeiros tempos da monarchia, e talvez mesmo anteriores. Os nossos *trapeiros* fabricaram sempre as manufacturas de lã mais em uzo.

Já, no seculo xiv, se falla de pannos de lã, nos documentos.

Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidario*, conservou-nos a designação de *biffa*, encontrada n'um documento de Pendurada, de 1359, e dada a um certo panno de lã, enfiado por ambos os lados, e de ahí o nome, que quer dizer duas faces.

A Beira e o Alemtejo foram desde epochas remotas os centros productores indigenas dos bureis, saragoças e estamenhas.

Na Beira, a Covilhã, Gouveia e Fundão; no Alemtejo, Portalegre, Extremoz e Beja, sendo de esta ultima apenas conhecida ha algum tempo o importante e longo desenvolvimento fabril que possuuiu, graças a interessantes documentos publicados pelo sr. Sousa Viterbo, no n.º 19 da revista technica e historica de industrias *Progresso Industrial*.

Segundo as investigações de tão erudito escriptor, sabe-se hoje, pela existencia dos documentos que o comprovam, que antigamente o fabrico dos pannos, ainda que grosseiros e apenas para o uso da classe popular, era um dos ramos da industria de Beja e suas circumvizinhanças.

Foi, no seculo xv, que a illustre princeza D. Beatriz, mãe da caritativa esposa de D. João II, a qual tinha n'aquella cidade a sua residencia, tratou de desenvolver alli a industria dos lanifícios, representando a el-rei seu genro: «que no termo de Beja se faziam muitos bureis e pannos para gente de trabalho, mas que por não haver, senão muito longe, pisões onde elles se apisoassem soffriam os moradores com isto muita fadiga e despeza. Attendendo a esta necessidade e que seria honra da terra, resolvera-se a mandar construir pisões, sendo os rendimentos da capella que fundára o infante seu tio. Pedia, portanto, que lhe fosse concedido privilegio para que ninguem mais os pudesse construir.»

Pelos documentos trazidos á luz pelo sr. dr. Sousa Viterbo, vê-se que annuiu el-rei, prohibindo que, além de aquelles, não houvesse mais nenhum pisão nem betanio, e privilegiou os seus pisoceiros.

A respectiva carta foi passada em Evora, a 1 de março de 1490.

Vê-se que a industria dos lanifícios persistiu durante longos annos em Beja, porque o alvará de 15 de junho de 1618, mostra-nos a representação que os *trapeiros* de aquella cidade fizeram no referido anno, dizendo que «no termo da dita cidade havia seis pisões, em que elle e todas as pessoas que faziam pannos os apisoavam. Esses pisões estavam afastados da cidade de legoa e meia até quatro legoas, e por causa d'esta distancia os pisoceiros uzavam de cardas de ferro, o que era contrario ao regimento (dado por D. Sebastião). Pediam portanto que, de seis em seis mezes, se procedesse a um varejo, e que os pisoceiros a quem se encontrassem cardas de ferro fossem devidamente punidos.»

El-rei, deferindo a petição pelo alvará acima indicado, mandava as suas justicas pozessem em pratica o que pediam os requerentes.

Foi pelos reinados de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, que se começaram a fabricar em algumas povoações de Portugal, os pannos de lã meirinha, como se vê no capitulo xxxvi dos *Artigos das (1) Sisas*, ordenados pelo ultimo dos soberanos referidos; sendo o mais que se fabricava até esse tempo apenas uns estofo grosseiros, como o burel que ainda n'este seculo se fazia em grande quantidade em diversos lugares; e principalmente na parte da Beira, que se estende pelas

duas margens do Zezere, como affirma José Acurcio das Neves, nas suas *Varietades*.

D. Sebastião, em 1573 deu aos *trapeiros* um regimento, que D. Pedro II, em 7 de janeiro de 1690, acrescentou com mais onze capitulos, e o qual vigorou até á extincção das corporações dos mestres.

Do tempo da dominação Filippina, diz Rebello da Silva, no tomo IV da sua *Historia de Portugal*, aproveitando as indicações de José Acurcio das Neves, nas *Varietades*, e as de João Pedro Ribeiro, nas suas *Dissertações Chronologicas*:

«A' excepção dos pannos grosseiros, do burel branco (alfamega) e do burel de outras côres, dos tecidos grossos de linho, chamados *brogal*, e talvez de alguns mais finos de linho, denominados *lenço* todas as fazendas vinham de fóra...»

Na provincia da Beira, Covilhã, e na do Alemtejo, Portalegre e Extremoz, constituíam os centros mais ou menos laboriosos, onde se teciam saragoças imitadas das de Hespanha, pannos pardos ordinarios, pannos pretos grossos e varios estofo de côres.

(Continúa).

Esteves Periera

## FERNÃO DE MAGALHÃES

DESCOBRIDOR DAS FILIPPINAS

## IX

(Continuado do n.º 657)

Da caravella *Santhiego* apenas restavam despojos que o mar ia trazendo á praia, onde os naufragos estavam á conta de Deus, sem guarida nem conforto algum que lhes alentasse a vida! E comtudo grande distancia os separava dos companheiros, que esperavam o seu regresso, no porto de S. Julião.

Os naufragos depois de terem caminhado umas seis legoas, para alcançarem as margens do rio Santa Cruz, seis legoas que levaram quatro dias a percorrer, tal era o cansaço e fraqueza em que estavam, e para mais carregados de madeira, destroços do navio naufragado, com que haviam de construir uma jangada para atravessar o rio, chegaram emfim ás margens do Santa Cruz, quasi mortos de fadiga e de fome, pois que para se alimentarem apenas tinham as ervas que encontravam pelo caminho e alguns mariscos.

No rio Santa Cruz havia abundancia de peixe para se alimentarem, e construíram uma jangada com a madeira que traziam e assim, debaixo de grandes perigos atravessaram o rio dois marinheiros para irem participar o occorrido ao chefe da esquadilha, que estava no porto de S. Julião.

Segundo diz Diego Arana, onze dias gastaram os dois marinheiros para chegarem a S. Julião e tão penosa foi esta jornada, sem terem quasi que comer, que ao apresentarem

(1) Nos *Artigos das Sisas* ordenados por D. Afonso V, em 1478, diz o:

## CAPITULO XXXVI

Dos que apisoam burel, e pannos de lã

Item, todos os que apisoam burel sejam todos de dizer nos rendimentos das sisas, de quinze em quinze dias, todo o burel que fizerem no dicto tempo, sendo para isso requeridos por dictos rendimentos, para haverem seu direito d'elle. E não o querendo dizer, paguem ao rendeiro de pena, por cada vez que lh'o não disserem, cinco mil libras.

O qual artigo mandamos que se cumpra. E andando em elle, porque achamos que depois do dicto artigo feito por el-Rei D. João, meu avô, que Deus haja, costumam em alguns logares d'estes nossos Reinos de fazer pannos de lã meirinha, mandamos que esta mesma maneira se tenha com aquelles os dictos pannos da dicta lã apisoarem. E fazendo o contrario, paguem as dictas cinco millibras, que são cento e quarenta e tres reais.

se a Magalhães, nem este nem os mais companheiros os reconheciam, tão desfigurados vinham.

O tempo continuava tormentoso, as tempestades succediam-se não permitindo qualquer tentativa de navegação. Entretanto Magalhães não lhe consentia o animo deixar sem prompto auxilio os pobres naufragos da *Santhiego*, e assim ordenou que logo partissem por terra 24 homens carregados de comestiveis, em soccorro d'aquelles desgraçados, proporcionando-lhes os meios de virem reunir-se aos seus companheiros.

Não foi menos penosa a jornada d'estes 24 homens, sob os rigores do tempo e a selvageria dos caminhos. Para saciar a sede tiveram que derreter gelo, pois não encontraram agua de beber, e apesar das difficuldades do caminho apressaram quanto puderam a marcha para mais breve socorrerem os seus companheiros.

Dois dias levaram a atravessar o rio na jangada que haviam armado e mais refeitos pela alimentação que tomaram lá se pozeram todos em marcha a reunirem-se á esquadilha, sem perda de um só.

Este contratempo foi de bom aviso para Magalhães que reconheceu quanto era temerario o tentar proseguir em reconhecimentos da costa ou passar ávante, enquanto não se acalmassem os rigores da estação.

A fidelidade e energia de Serrão tornou-se notavel, e Magalhães não o desconheceu pois que nomeou o ousado piloto, capitão da caravella *Conceição*, justo premio de quem tanto se tinha exposto e soffrido para bem cumprir as ordens do chefe.

Em quanto, porém a esquadilha invernava no porto de S. Julião, Magalhães foi aproveitando o tempo em reparar as caravellas e para isso mandou fazer em terra uma casa para forjas onde os ferreiros podessem trabalhar. O frio, porém, era tão intenso que os operarios mal podiam fazer uso das mãos, chegando alguns d'elles a perderem os dedos gangrenados pelo frio!

Não podendo fazer reconhecimentos por mar, tentou Magalhães fazel os por terra, e então mandou quatro homens armados para o interior a vêr se descobriam algumas povoações, onde se podesse fornecer de provisões; mas trabalho baldado porque a poucas legoas de caminho tiveram que retroceder por lhes faltar agua e comestiveis sem encontrarem viv'alma, o que lhes deu a convicção de que o paiz não era habitado.

(Continúa).

CAETANO ALBERTO.

## ACERCA DO PRIMEIRO MARQUEZ DE NIZA

(Continuado do n.º 658)

Em 4 de Maio já fr. Francisco principiára a versão <sup>1</sup>; em 2 de Agosto o marquez mandava a D. Vicente Nogueira mais algumas oitavas <sup>2</sup>; em

<sup>1</sup> Bib. Nac., Ms., t. 2, 7, fol. 89.  
<sup>2</sup> Id., fol. 111.

## TRIGUEIRA

Versos originalmente escriptos por Julio Diniç (Joaquim Guilherme Gomes Coelho)  
e agora traduzidos em italiano por Prospero Peragallo

## TRIGUEIRA

Trigueira! que tem? Mais feia  
Com essa cõr te imaginas?  
Feia?! tu, que assim fascinas  
Com um só olhar dos teus!  
Que ciúmes tens da alvura  
D'esses semblantes de neve!  
Ai! pobre cabeça leve!  
Que te não castigue Deus!

Trigueira! Se tu soubesses  
O que é ser assim trigueira,  
D'essa artilosa maneira  
Por que tu o sabes ser.  
Não virias lamentar-te,  
Toda sentida e chorosa,  
Tendo inveja á cõr da rosa,  
Sem motivos para a ter.

Trigueira! Porque és trigueira,  
É que eu assim te quiz tanto:  
D'ahi provém todo o incanto  
Em que me traz este amor.  
E suspiras... e murmuras!  
Que mais desejavas inda?  
Pois serias tu mais linda,  
Se tivesses outra cõr?

Trigueira! Onde mais realça  
O brilhar d'uns olhos pretos,  
Sempre húmidos, sempre inquietos,  
Do que numa cõr assim?  
Onde o correr d'uma lagrima  
Mais incantosa apresenta,  
E um sorriso, um só, nos tenta,  
Como me tentou a mim?

Trigueira! E choras por isso!  
Choras, quando outras te invejam  
Essa cõr, e em vão forcejam  
Por, como tu, fascinar?  
O' louca, nunca mais digas,  
Nunca mais, que és desditosa!  
Invejar a cõr da rosa,  
Em ti, é quasi peccar.

Trigueira! Vamos: esconde-me  
Esse chõro de creança.  
Ai! que falta de confiança!  
Que graciosa timidez!  
Enxuga os bonitos olhos:  
Então, não chores, trigueira;  
E nunca d'essa maneira  
Te lamentes outra vez.

Julio Diniç.

## BRUNA

Bruna! Ebben? Forse piú brutta  
Credi d'essere per questo?  
Brutta! Quando è manifesto  
Che hai negli occhi un gran poter?  
Come mai dei bianchi visi  
Puoi nutrire gelosia?  
Ah! in te Dio, vergine mia,  
Non castighi tal pensiero!

Bruna! Ma se conoscesti  
Com'è bello esser brunetta,  
Colla grazia coi eletta  
Come il sai essere tu.  
Sì, vedresti che hai gran torto  
A lagnarti lacrimosa,  
Che il colore della rosa  
Conceduto a te non fu.

Bruna! È appunto perchè bruna,  
Ch'io t'ama, ma tanto, tanto;  
E di qui provien l'incanto  
Che ognor provo in questo amor.  
Eppur mormori... e sospiri!  
Forse vuoi cosa novella?  
Ma potresti esser piú bella,  
Quando avessi altro color?

Bruna! E in quale altra donzella  
Il fulgor degli occhi neri,  
Sempre inquieti e a me sinceri,  
Può spiccar meglio che in te?  
E qual volto lacrimoso  
Piú incantesimi presenta,  
E un suo riso, un sol, ci tenta,  
Come un dì tentato ha me?

Bruna! E piangi; e ti aconsola  
Quel color di bruna! quando  
Altre ti bramano, sperando,  
Come tu, di affascinare?  
O insensata! non dir mai  
Che sei triste, sei dogliosa!  
Il colore della rosa  
Ti sta male d'invidiar.

Bruna! Or sù! Tergi quel pianto  
Da bambina spensierata.  
Che sfiducia è in te mai nata!  
Che gentil timidità!  
Sù, rasciuga gli occhi belli:  
No, non piangere, o brunetta;  
Ne fia piú che tua disdetta  
Ci lamenti, per pietà.

Tradotto da Prospero Peragallo.

6 de Setembro participava a D. Vicente Nogueira que estava acabado o segundo canto e ia encetar-se o terceiro, e que escrevera para Hollanda a fim de ver se lá queriam incumbir-se da impressão da obra, por ser excellente a de Amsterdam, e pela impossibilidade de estampal-a em França. A pessoa encarregada de cuidar d'este negocio era Jeronymo Nunes da Costa, negociante n'aquella cidade e ali nosso consul. A carta do marquez a elle, datada de 23 de Agosto de 1647, dizia o seguinte: «Um padre de S. Francisco que truxe em minha companhia e se chama o padre Macedo... está por minha ordem traduzindo em latim o poema do nosso grande poeta Luiz de Camões, e os que vão vendo a obra dizem egualará a de Virgilio. Ha de ser impresso o latim de uma parte e o portuguez da outra, para se ver a verdade com que foi traduzido. Quizera eu que fõra feita a impressão pelo que fez este livro italiano de Taquete; e assim peço a vossa mercê queira falar logo com o impressor e saber d'elle se tomará a obra e com que partidos, porque em cada canto, que são dez, ha de ter uma estampa. Todos os impressores de Paris a querem imprimir, e eu lh'a não dou, porque o chanceller lhe ha de querer tirar duas ou tres oitavas, em que o auctor n'aquelle tempo dizia mal de França, o que não convem.»<sup>6</sup> D'esta carta se conclue qual a pressa e impaciencia do marquez, pois, estando a traducção ainda no segundo canto, já andava em ajustes para imprimir-se. Pelas palavras: o livro italiano de Taquet, pseudonymo de fr. Fernando de la Houe, deve entender-se

a quarta edição da *Historia di Portogallo*, estampada em Amsterdam, que corre sob o nome de João Baptista Birago, e o mesmo as precedentes, sendo, conforme provámos na *Historia do infante D. Duarte, irmão d'El-Rei D. João IV*, fr. Fernando, o qual, como encarregado das coisas do dito infante e de diligenciar o seu livramento do castello de Millão, residia a esse tempo em Veneza e com elle se correspondia. As oitavas que o chanceller de França não consentiria que se imprimissem devem ser duas da exprobração vehemente, que o poeta dirige aos principes da christandade, por causa das mutuas e sangrentas discordias em que ardiam, onde se lêem estes versos:

Pois de ti, gallo indigno, que direi,  
Que o nome christianissimo quizeste,  
Não para defendel-o, nem guardal-o,  
Mas para ser contra elle e derribal-o?

Achas que tens direito em senhorios  
De christãos, sendo o teu tão largo e tanto,  
E não contra o Ginypho e Nilo, rios  
Inimigos do antigo nome santo?  
Ali se hão de provar da espada os fios  
Em quem quer reprovár da Egreja o canto.  
De Carlos, de Luiz o nome e a terra  
Herdaste, e as causas não da justa guerra?<sup>7</sup>

E talvez uma oitava que faz parte da predição

da nympha na Ilha dos Amores acerca das victorias dos portuguezes, cuja primeira quadra é:

Das mãos do teu Estevam vem tomar  
As redeas um, que já será illustrado  
No Brasil com vencer e castigar  
O pirata francez ao mar usado.<sup>8</sup>

(Continúa)

Ramos Coelho.

## ALCACER-QUIBIR

(Concluido do n.º 659).

Reunido o conselho, D. Sebastião seguiu a opinião dos que diziam dever ir-se sobre Larache, praça pouco forte que se banha no rio Luccus, um bom ponto de apoio para as futuras operações e de facil accesso á araiada que nos podia ir socorrer ou embarcar em caso de desastre. Dois caminhos havia para ir sobre a praça: um costeiro e sempre protegido pela artilheria da armada, e outro mais no interior para aproveitar um vau do Luccus, a montante de Larache; era este o mais curto, mas mais perigoso e a que se abalançaram os nossos unicamente com cinco dias de viveres, que foi uma das causas da nossa derrota, pois nos obrigou a não poder demorar a batalha. Por um dia de calor insupportavel ao proprio mouro metteram-se os portuguezes a caminho.

Dezoito dias inuteis em Arzila acabaram de dar tempo a que o xerife Moluco de Fez caminhasse para cortar o passo aos nossos, chegando á vista de Larache com noventa mil homens escolhidos e fanatisados pelo odio de ver a sua patria invadida pelos christãos, e com o auxilio de alguns dos seus. Luzido exercito que contava como *elite* mil janizaros, os azuagos, esses descendentes dos renegados godos, que de ha muito se tinham passado á Mauritania, e os audaluzes revoltos das Alpujarras, que, barbaramente expulsos de Hespanha por Philippe II, agradeciam a Allah a occasião d'uma desforra em sangue nazareno.

Qua i ao mesmo tempo que na margem direita do Luccus appareceu o nosso exercito, a fronteira era inundada pelo do xerife Muley-Moluco

Descançava o exercito portuguez formado em quadrado, quando alguns capitães, bem conhecedores dos costumes de Africa, aconselharam el-rei a que, de noite, casse de surpresa sobre o inimigo, que, seria facil pôr em debandada, por estar habituado a bater-se tendo o sol por testemunha. Muley-Hamed aconselhou D. Sebastião a que demorasse algum tempo o ataque, pois de boa fonte sabia que o seu rival estava a expirar e com a sua morte facilmente chamaria a si os seus soldados. Faltavam os viveres para a demora, e o primeiro alvitre, por outras razões, foi tambem posto de parte.

Resolveu-se então a passagem do Luccus, que com felicidade, ainda que com grande trabalho, se conseguiu levar a cabo no dia 4 de agosto, indo o exercito portuguez formar em quadrado deante do inimigo que, formado em meia lua, mostrava já o intento de envolver o pequeno exercito christão.

Antes de se travar a batalha, fez o padre Alexandre uma oração e, alçando a cruz, a infantaria, á vista do Salvador, se pôz de joelhos e os cavalleiros, inclinados sobre os cavallos, recebiam a benção, quando a artilheria do inimigo começou a jogar, fazendo algumas baixas, sem comtudo os tirar da postura em que estavam.

De repente D. Sebastião deu o antigo grito de «S. Thiago!», e o exercito abalou contra os mouros, e com tal impeto o fez, que logo n'esta arrancada rompeu as fileiras inimigas; o troço dos aventureiros com tal furia os acometteu que, depois de lhes tomar a artilheria, chegaram á liteira onde jazia exanime o corpo de Muley Moluco, do qual um elche fingia receber ordens que transmitia. Já os nossos lhe tocavam, mais um passo dado e seria nossa a victoria, quando se ouviu o fatal «Ter-Ter!», que fez parar os aventureiros que, depois de hesitarem por instantes, julgando ser voz do capitão, voltaram as costas e recolheram ao arraial, onde lançaram a confusão.

Apesar dos grandes esforços empregados por el-rei e pelos chefes de batalha para ordenarem

<sup>6</sup> Id., fol. 135.<sup>7</sup> Canto VI, citavas VI e VII.<sup>8</sup> Canto X, oitava LXIII.

de novo a gente e desfazerem o panico que de todos se tinha apoderado, a desordem continuou a reinar por todo o campo. Contudo, novamente se lançaram ao inimigo, mas igualmente retrocederam ao grito de «Ter Ter!», soltado d'esta vez pelo cobarde Pero Lopes, e não houve ninguem que lh'o afogassem na garganta!

Então, de todo viram os nossos a batalha perdida: os combates isolaram-se, batiam-se aos grupos ou um por um, praticando taes actos de coragem que, se o esforço fosse combinado, ainda a balança penderia para o nosso lado. Excediam-se uns aos outros e não pensavam senão em vender cara a vida.

A flôr da cavallaria portugueza, presentindo que era chegado o seu ultimo dia, tratava ao menos de morrer nobremente. El-rei, como um simples soldado à frente d'um pequeno grupo, batia-se como um leão e montava o quarto cavallo quando os fidalgos, que já rareavam em volta d'elle, lhe aconselharam que fugisse, para não cair nas mãos dos infieis.

— Nem fugir, nem prisioneiro.

— Então que fazer, real Senhor?

— Morrer, mas devagar — respondeu el rei com animo sereno, e estas foram as ultimas palavras que da sua bocca saíram.

Instado novamente pelo Prior do Crato para fugir, nem sequer lhe respondeu, e mettendo esporas ao cavallo, desapareceu por entre os inimigos, seguido por alguns dos seus, que conseram apenas, em troca das suas, demorarem lhe a vida alguns instantes. Depois veio um roldão, em que D. Sebastião desapareceu em procura da morte que não tardou.

Morreu enfim el-rei, morreu amortalhado em tres mantos reaes.

Então foi uma verdadeira chacina da parte dos mouros: corriam o campo em todas as direcções trucidando a torto e a direito; os mouros de Muley-Hamed, misturando-se com os adversarios, aprisionavam os seus recentes aliados e com elles fugiam à tra do inimigo, acolhendo-se a Arzilla.

A pobre peonagem, quasi esquecida durante a batalha, em que mal tomou parte, formava um grupo apertado-se uns com os outros como um rebanho de ovelhas, sem direcção, sem experiencia, inconscientes, arrancados hontem a charrua e hoje à vida ou à liberdade. Foram estes que maior contingente deram para os captivos, pois a cavallaria quasi toda ficou entendida no campo ou afogada no Macassim de companhia com Muley Hamed, salvo alguns grupos que, em apertados esquadrões, passaram sobre o inimigo acolhendo-se a Arzilla e Tanger.

O resultado d'este desastre foi enorme: para nós envolveu a perda da nossa independencia e de grande parte dos nossos dominios do ultramar; roubou-nos a flôr do exercito, e com a união de Hespanha paralisou nos a vida durante muito tempo.

A Europa inteira tremeu ao vêr a cruz, ha tanto tempo victoriosa nas nossas mãos, caída nos areas de Africa aos pés do crescente. A nossa derrota demorou tres seculos a hegemonia europeia nos Estados berberescos que, durante esse tempo, continuaram pirateando e ameaçando as costas dos Estados fronteirios, semeando o terror por toda a parte. E o Grão-Senhor, vendo livres d'uma ameaça os seus dominios da Mauritania, lança todas as forças sobre a Europa oriental, chegando a assentar as tendas debaixo dos muros de Viena, d'onde a espada de Sobyeshki o obriga a retirar.

D'esta sagração da terra de Africa pelo sangue portuguez nasceu o *Sebastianismo* — essa crença, arraigada na alma do povo, n'um resurgimento do nosso poderio e volta das armas portuguezas victoriosas; crença esta que, atravez de nebulosas, mostrava o alento de que, n'um futuro mais ou menos distante, as Quinas retomassem o seu lugar em Africa, sob o commando do rei cuja morte lhe repugnava aceitar.

No Oriente paira durante largos annos a sombra portugueza.

Emquanto a Hollanda e a Inglaterra, aproveitando-se da nossa união com a Hespanha, vão unidas ao mouro dismantellando o nosso imperio

da India e apoderando se das nossas colonias; o commercio da China continua em nossas mãos, assim como o do Japão, que somos por fim compellidos a abandonar por causa da revolução que substituiu o Saigoum ao Mkaio, pois que, temendo-se o primeiro de que o christianismo com a sua influencia lhe fosse contrario, começou a perseguir os nossos irmãos na crença, aos quaes não recusamos o nosso apoio.

Saimos para não abandonar a cruz da nossa fé que, depois de ter ganho milhares de adeptos, ia espantar o mundo com o martyriologio dos nossos apóstolos, que rivalisaram com os dos primeiros tempos do christianismo.

Desdenhamos fazer o que depois fizeram os hollandezes que, ao pisar o solo japonex, o mesmo faziam a cruz; e a Inglaterra que, tirando da bandeira a cruz de Santo André, só assim alli conseguiu aborlar.

A lingua commercial do Oriente é um *ptois* do portuguez, conhecido por *dialecto ceylonico*.

O embaixador dos Paizes-Baixos é apresentado ao imperador na corte de Yédo por um dos conselheiros de Estado, que grita «Kapitam Olanda!» (FRANINET)

E ainda nos fins do seculo xvii a fragata ingleza *Return*, passando nas aguas japonezas é

II — Que o editor deve ser sempre o director do jornal, isto é, o individuo tido e havido como sendo o chefe da sua redacção.

III — Que a pena applicada ao auctor deve ser sempre acompanhada de condemnação do jornal em multa, devendo o producto d'esta reverter em beneficio exclusivo de estabelecimentos officiaes de instrucção.

IV — Que aos delictos de liberdade de Imprensa não deve corresponder nunca pena corporal, excepto nos casos dos artigos 159.º, 160.º, 169.º, 170.º e 171 do Codigo Penal (offensas a chefes de nações estrangeiras; offensas ao chefe do estado; rebellião; tentativa de destruição da integridade do reino); podendo ainda n'estes casos a pena corporal ser substituida por multa, consoante parecer ao tribunal.

V — Que ao espirito da Carta Constitucional repugna que os delictos de liberdade de Imprensa sejam julgados quer por um juiz singular, quer por um juiz especial, devendo sem excepção, ser committidos todos ao jury geral, reformado este.

Todas estas proposições são brilhantemente justificadas pelo illustre causidico, e, nos apenas frisaríamos, que n'estas proposições muito ha de importante a a todos os respectos.

Se o nosso periodico fosse uma publicação acentuadamente politica, caber-nos-hia o dever restricto de apresentar alguns reparos acerca de disposições pouco favoraveis aos jornaes de combate, porém absten-do-nos do que directamente nos não interessa, salientemos que as justas considerações do sr. Trindade Coelho acerca da entidade editor são deveras justissimas, sensatas, e de uma grande força moral.

O editor, tal como hoje existe, encara-o o sr. Trindade Coelho como uma mentira convencional, que urge expungir, porque diz ser uma inutilidade e uma immoralidade, pois, em geral, não passa de um mercenario analfabeto, alugado como uma cousa para ir para a cadeia.

Por muitas outras judiciosas considerações, afirmou o sr. Trindade Coelho que, o editor, tendo de responder pelo jornal e pelo que n'elle se escreve, deve ser logico e unicamente a pessoa que o dirige. Plenamente de accordo.

O *OCCIDENTE* mesmo, — temos a gloria de o dizer — é um dos raros periodicos que está dentro de estas ideias, porquanto o nosso editor é não simplesmente o seu director como o proprio proprietario. Sempre encaramos o editor como uma entidade de altissimas responsabilidades que nunca deveriam incidir sobre pessoas, a maioria das vezes, extranhas aos interesses da publicação.

Applaudimos pois vivamente o bello trabalho juridico de que fallamos.



UM MAGICO AFRICANO

abordada por uns juncos que, vindo à falla, lhes perguntam: «D'onde vindes, que geraçam sois?»

Julio Ferreira Girão.



Recebemos e agradecemos

**Liberdade de Imprensa** — proposições apresentadas ao congresso da União internacional de Direito Penal, por Trindade Coelho, agente do ministerio publico em Lisboa. Lisboa. 1897.

Temos presente este trabalho deveras importante, cuja offerta devemos ao seu talentoso auctor.

As proposições que o sr. Trindade Coelho submetteu ao Congresso são as seguintes, sobre a qualidade e responsabilidade do editor nos delictos de liberdade de Imprensa, penas a applicar, e forma de processo na verificação e julgamento de aquelles delictos:

I — Que nos delictos de liberdade de Imprensa a responsabilidade criminal não deve ser exigida ao editor, senão no caso especial de elle não revelar o verdadeiro auctor.

## A CAMPANHA D'AFRICA

CONTADA POR UM SARGENTO  
EDIÇÃO POPULAR

Illustrada com 40 gravuras  
retratos dos heroes da campanha, vistas de terras  
d' Africa, combates, etc

Preço 300 réis, pelo correio 320 réis  
Com uma linda capa de porcelaine, 500 réis

Segunda edição

FEITOS A EMPREZA DO OCCIDENTE  
LARGO DO POÇO NOVO  
LISBOA

Capas para encadernação do «OCCIDENTE»

Preço da capa 800 réis, franco de porte.  
Preço da capa e encadernação 1200 réis.

Pedidos à Empresa do «OCCIDENTE»  
Largo do Poço Novo — Lisboa

O OCCIDENTE acha-se á venda em Paris  
na livreria Boyveau & Chevillet — Rue de  
la Banque, 22 — (Pres la Bourse).

Reservados todos os direitos de propriedade artistica e litteraria.

Typ. de A. E. Barata Rua Nova do Loureiro, 25 e 29